

APRESENTAÇÃO

Conselho Editorial

Os debates sobre o currículo vêm ganhando notoriedade cada vez maior, não somente no campo acadêmico, mas também (e talvez principalmente) em espaços sociais nos quais não havia circulado desde que as teorias curriculares foram se constituindo nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século passado. Explicitando disputas que remetem a interesses sobre a escola, seus alunos e professores, os estudos do campo do currículo foram se instituindo, enfatizando a impossibilidade de compreender a neutralidade de decisões sobre *o que, como e para que* adotar este ou aquele programa de estudos escolares. Objetivos e avaliação caminharam (e ainda continuam a caminhar) lado a lado, orientando as proposições curriculares que desde aquelas décadas circularam em diversos países, dentre os quais se inclui o Brasil.

Ao assumir a estreita articulação entre objetivos e avaliação, os estudos curriculares vêm problematizando as relações de controle e de regulação que orientam a produção curricular. No Brasil, em tempos de produção de políticas curriculares centralizadoras por entidades públicas, como currículos mínimos e uma base nacional curricular comum (BNCC), essas políticas sinalizam horizontes de estreitamento dessas relações ao instituir sistema de avaliação de massa nas diversas instâncias administrativas. Seria impensável conceber, há 20 anos, ao tempo da aprovação do texto da LDB, que a disputa pelo

currículo nacional, envolveria interesses de grupos privados, empresariado, setores religiosos, políticos, acadêmicos, professores e até que se formasse um movimento em defesa da Base Nacional Comum Curricular, com ampla circulação em redes sociais na internet.

Diversas dessas problemáticas curriculares têm sido examinadas por inúmeros grupos de Pesquisa que reúnem várias áreas do conhecimento e diversas instituições, incluindo os grupos da Faculdade de Educação da UFF. Ao dedicar o seu quarto número ao espectro das possibilidades relacionadas ao tema “Currículo, educação básica e sociedade”, **Movimento – revista de educação** – considerou o amplo espectro das possibilidades de abordagens desenvolvidas por esses grupos sobre políticas e produção curricular, sob perspectivas históricas e contemporâneas, mobilizando referenciais do campo do currículo em diálogo com empirias que envolvem documentos escritos ou sujeitos, para explicitar relações implicadas no currículo.

Abrindo o dossiê temático da presente publicação o artigo “**Currículos escolares**: saberes docentes na produção de materiais didáticos por professores da educação básica”, assinado por Bianca Gonçalves Sousa de Moraes, Natalia Collares de Moura da Rocha e Maria Margarida Gomes, “aborda os processos de produção de materiais didáticos elaborados e/ou utilizados por professores (as) da educação básica e seus saberes docentes com o objetivo de compreender suas possíveis articulações”. De acordo com as autoras “é notório o quanto esses saberes interferem no currículo escolar, já que levam a valorização de diferentes e novas abordagens curriculares que são concretizadas nos materiais didáticos”. Já Elisa Gavari Lisi, no artigo “**Las reformas curriculares del siglo XXI en perspectiva histórica**”, desenvolve um estudo sobre “os principais marcos do desenvolvimento da educação contemporânea, apresentando uma visão panorâmica das decisões que influíram nas reformas curriculares na chamada sociedade do conhecimento”. Busca, nesse sentido, “examinar a pressão exercida pelos organismos internacionais e outros intervenientes para os Estados adotarem o paradigma do *lifelong-learning*”. Em “**Educação escolar, currículo e sociedade**: o problema da Base Nacional Comum Curricular”, Dermeval Saviani “trata das

relações entre escola, currículo e sociedade com foco no conteúdo específico da educação escolar tendo como objetivo subsidiar a discussão sobre a base nacional comum curricular”. O artigo parte “do próprio conceito de currículo situando-o em suas determinações sociais para tratar, em seguida, dos saberes que, direta ou indiretamente, entram na composição dos currículos formativos destinados a preparar os educandos para se inserir de forma ativa e crítica na vida social. Sobre essa base aborda a questão da base nacional comum curricular apresentando um delineamento do conteúdo curricular da educação básica visando superar os limites da proposta apresentada oficialmente no atual contexto”. **“La pedagogía del nuevo milenio y su discurso: percepciones y realidades. Una propuesta curricular”** é o título do artigo assinado por José Luis Canto Ramírez. Nele são analisados os distintos elementos que influenciam a pedagogia, dentre tantos, sujeitos, processos, contextos. Segundo o autor, “esses elementos representam os eixos de análise apresentados no artigo e sob os quais o trabalho educacional se encontra envolvido e, de distintas perspectivas, apresentam diferentes interpretações e concepções que se tem realizado sobre a educação e seu discurso pedagógico”. A partir do estudo realizado, Ramírez conclui o artigo apresentando “uma proposta para a melhoria da qualidade da educação superior por intermédio do currículo”. Jane Cordeiro de Oliveira, em **“A influência das políticas no currículo oficial na visão das coordenadoras pedagógicas”**, mostra em seu artigo “a influência das políticas educacionais globais no currículo da Cidade do Rio de Janeiro e como interferem na prática docente, na visão de coordenadoras pedagógicas entrevistadas”. Apoiada em documentos oficiais, tais como Orientações Curriculares, Descritores e Cadernos de Apoio Pedagógico, a autora demonstra dados reveladores da *importância* atribuída ao currículo pelas coordenadoras “[...] pois os conhecimentos neles contidos são avaliados. De acordo Oliveira “os documentos curriculares tolhem a autonomia do professor pois só conhecimentos mensurados são considerados relevantes”. A proposta de examinar “algumas das relações entre as políticas curriculares e de avaliação externa do Estado do Rio de Janeiro” com o objetivo de apreender os “diálogos com experiências vividas por dois professores de Biologia da rede estadual de ensino” é o centro do artigo **“Políticas de currículo e sistema de avaliação**

externa: disputas pela autonomia docente”, de Rodrigo Mendonça dos Santos e Sandra Lúcia Escovedo Selles. Nesse sentido, o artigo discute as tensões que envolvem o emprego as políticas e a autonomia docente no ambiente profissional, tendo como referencial os estudos do “campo do currículo e da história da educação”, além das “narrativas dos professores sobre suas experiências cotidianas com o Currículo Mínimo e as avaliações legisladas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) ”.

“Redes educativas, currículos e imagens: conversas com o filme “Os Companheiros”, de Mario Monicelli”, é assinado por Joana Ribeiro dos Santos, Sonia Maria Santos Pereira da Rocha e Érika Arantes. No artigo as autoras buscam responder à questão controversa sobre a existência de “currículos fora dos *espaçostempos* escolares”. Para tanto se valem do filme “Os Companheiros”, de Mario Monicelli, bem como “das experiências vividas nos movimentos dos profissionais de educação no Rio de Janeiro”, [...], uma vez que compreendem que estes formam *redes de conhecimento significações cotidianas*”. Fechando o corpo do Dossiê Temático, Ricardo Augusto Gomes Pereira assina o artigo **“Currículo da formação de professores de dança, etnocenologia e educação:** estado da arte e sua interface com os percursos formativos”. Nele o autor analisa a “formação do professor de dança, destacando a presença da etnocenologia a fim de compreender os rumos que estão tomando esses campos temáticos no meio acadêmico, refletindo como a formação do professor de dança nos currículos dos cursos de licenciatura está se constituindo”.

O quarto número **Movimento – revista de educação** – contempla ainda outros temas importantes no debate educacional contemporâneo, tal como se segue na seção **Artigos**.

No artigo **“Modos de ser jovem na escola:** um estudo de caso etnográfico”, Livian Lino Netto e Cristhianny Bento Barreiro apresentam um recorte da pesquisa que realizaram com jovens estudantes no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Com foco na “percepção que os jovens têm sobre si mesmos na escola”, o objetivo das autoras foi o de “descrever imagens da juventude”. Apresentar uma “síntese histórica da evolução da profissão docente” de modo

a se inserir no debate sobre a profissionalização docente é o tema central que mobiliza Michele Guedes Bredel de Castro no seu artigo “**Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos**”. Já Aldenora Conceição de Macedo, em “**Práticas pedagógicas e superação de preconceitos: discutindo gênero e diversidade na escola**”, busca estudar o comportamento cotidiano que contribui para que “as crianças se mostrassem mais atentas às atitudes preconceituosas ocorridas não só na escola, mas também em outros espaços de convivência, influenciando positivamente nas relações estabelecidas por elas”. O artigo “**Política de formação para jovens e adultos trabalhadores: o currículo do Programa Nova EJA para o ensino de física no Estado do Rio de Janeiro**”, de Sandro dos Santos Pinto, analisa, a partir do método do materialismo histórico-dialético e da compreensão da linguagem enquanto produção ideológica, os possíveis sentidos sobre formação humana, no âmbito do currículo destinado ao ensino de Física, no Programa Nova EJA (NEJA), implementado em 2013 para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas da rede estadual do Rio de Janeiro. A seção **Artigos** traz, finalmente, Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima analisando “os discursos políticos que incidem sobre a formação de professores nos Institutos Federais”. Em “**Os institutos federais como um novo *lócus* de formação de professores**”, a autora diz perceber que “a concepção política que consolida os Institutos Federais como *lócus* de formação de professores parte do pressuposto que o perfil ideológico do professor deve ser reformado, tornando-se mais objetivo, se aproximando de uma concepção pragmática da formação de professores”.

No atual número de **Movimento – revista de educação**, Theresinha Guimarães Miranda resenha a coletânea “**Políticas de Educação Inclusiva na América Latina: movimentos em prol do desenvolvimento humano e social**”, obra organizada pela professora Valdelúcia Alves da Costa e pelo professor Raúl Vargas Segura. Composta de sete capítulos, a coletânea está publicada em português e em castelhano e é uma co-edição das editoras INTERTEXTO (Brasil) e CAPUB (México), com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, em co-edição, publicam esta obra. Ao final do número, na seção **Documento**,

Cecília Goulart, Osmar Fávero e Percival Tavares recuperam um texto inédito, escrito em 2002, sobre alguns dos principais aspectos da história e da trajetória da nossa revista.